

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	43
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	510.432.565
Preferenciais	0
Total	510.432.565
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.951.940	1.796.052
1.01	Ativo Circulante	21.346	22.535
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.516	7.426
1.01.03	Contas a Receber	7.834	8.877
1.01.03.01	Clientes	7.815	8.877
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19	0
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Parte Realacionadas	19	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.229	2.232
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.229	2.232
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.933	3.885
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	834	115
1.01.08.03	Outros	834	115
1.01.08.03.01	Outros créditos	192	115
1.01.08.03.02	Adiantamentoa a fornecedores	642	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.930.594	1.773.517
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.369	32.048
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.368	1.332
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	2.368	1.332
1.02.01.06	Tributos Diferidos	29.339	20.385
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.339	20.385
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	764	710
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.898	9.621
1.02.01.09.03	Déposito Judiciais	4.898	9.621
1.02.03	Imobilizado	3.581	2.760
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.581	2.760
1.02.04	Intangível	1.885.040	1.732.848
1.02.04.01	Intangíveis	1.885.040	1.732.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.885.040	1.732.848
1.02.05	Diferido	4.604	5.861

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.951.940	1.796.052
2.01	Passivo Circulante	190.406	275.868
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.998	6.101
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.998	6.101
2.01.02	Fornecedores	14.764	16.247
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.764	16.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.008	7.609
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.837	6.232
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	3.837	6.232
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.171	1.377
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	68.551	62.678
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.551	62.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	68.551	62.678
2.01.05	Outras Obrigações	83.012	162.306
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	64.592	148.428
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	5.864	3.108
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	58.728	145.320
2.01.05.02	Outros	18.420	13.878
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	11.807	9.076
2.01.05.02.05	Taxa de fiscalização	399	379
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	6.214	4.423
2.01.06	Provisões	13.073	20.927
2.01.06.02	Outras Provisões	13.073	20.927
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	12.733	15.635
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	340	5.292
2.02	Passivo Não Circulante	1.000.948	909.696
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	604.026	629.586
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	604.026	629.586
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	604.026	629.586
2.02.02	Outras Obrigações	341.544	231.305
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	337.888	231.305
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	337.888	231.305
2.02.02.02	Outros	3.656	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	3.656	0
2.02.04	Provisões	55.378	48.805
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.786	15.977
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.786	15.977
2.02.04.02	Outras Provisões	39.592	32.828
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	39.592	32.828
2.03	Patrimônio Líquido	760.586	610.488
2.03.01	Capital Social Realizado	767.789	600.289
2.03.04	Reservas de Lucros	-7.203	10.199

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	115.424	255.890	109.120	234.244
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.278	-240.437	-101.717	-214.472
3.03	Resultado Bruto	5.146	15.453	7.403	19.772
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.904	-9.218	-4.124	-7.782
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.050	-9.390	-4.246	-7.910
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.706	-8.626	-3.889	-7.191
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-344	-764	-357	-719
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	146	172	122	128
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.758	6.235	3.279	11.990
3.06	Resultado Financeiro	-15.969	-32.591	-17.827	-32.512
3.06.01	Receitas Financeiras	266	1.075	533	1.401
3.06.01.01	Receitas Financeiras	266	1.075	533	1.401
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.235	-33.666	-18.360	-33.913
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-16.235	-33.666	-18.360	-33.913
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.727	-26.356	-14.548	-20.522
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.023	8.954	4.928	6.940
3.08.02	Diferido	6.023	8.954	4.928	6.940
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-11.704	-17.402	-9.620	-13.582
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-11.704	-17.402	-9.620	-13.582
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,02360	-0,03750	-0,03627	-0,05515
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02360	-0,03750	-0,03627	-0,05515

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-11.704	-17.402	-9.620	-13.582
4.03	Resultado Abrangente do Período	-11.704	-17.402	-9.620	-13.582

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.434	3.953
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.633	43.240
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	-17.402	-13.578
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	35.954	24.678
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	28	0
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-8.954	-6.940
6.01.01.07	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-70	-429
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	14.623	15.131
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	16.701	16.444
6.01.01.11	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	1.565	1.126
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.192	659
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	3.996	6.149
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-35.020	-37.786
6.01.02.01	Contas a receber	1.062	168
6.01.02.02	Contas s receber partes relacionadas	-19	44
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-986	-1.045
6.01.02.05	Depósitos judiciais	4.723	-113
6.01.02.06	Fornecedores	-2.926	-2.867
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	1.122	-809
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-4.104	-2.031
6.01.02.09	Obrigações sociais	-103	-312
6.01.02.10	Obrigações fiscais	-10.312	-2.359
6.01.02.15	Outras contas a pagar	5.573	2.866
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-1.383	-336
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais	-27.667	-30.992
6.01.03	Outros	1.821	-1.501
6.01.03.02	Despesas antecipadas	1.898	-1.408
6.01.03.04	Outros créditos	-77	-93
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-158.094	-135.503
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.021	0
6.02.02	Adições ao intangível	-156.096	-138.125
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-1.824	-9.858
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	847	12.480
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	143.750	134.072
6.03.01	Captações de empréstimos	0	17.263
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-26.965	-13.191
6.03.14	Aumento de capital	167.500	130.000
6.03.16	Risco sacado	3.215	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	90	2.522
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.426	10.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.516	12.894

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	600.289	0	10.199	0	0	610.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	167.500	0	0	0	0	167.500
5.04.01	Aumentos de Capital	167.500	0	0	0	0	167.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.402	0	-17.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.402	0	-17.402
5.07	Saldos Finais	767.789	0	10.199	-17.402	0	760.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	311.289	0	51.718	0	0	363.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	130.000	0	0	0	0	130.000
5.04.01	Aumentos de Capital	130.000	0	0	0	0	130.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.582	0	-13.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.582	0	-13.582
5.07	Saldos Finais	441.289	0	51.718	-13.582	0	479.425

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	264.666	242.281
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	97.319	91.128
7.01.02	Outras Receitas	167.347	151.153
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	166.852	150.854
7.01.02.02	Outras	495	299
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-199.580	-184.537
7.02.04	Outros	-199.580	-184.537
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-17.545	-16.502
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-166.852	-150.854
7.02.04.03	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-5.379	-5.410
7.02.04.04	Custos da Concessão	-3.323	-3.649
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-3.996	-6.149
7.02.04.06	Outros	-2.485	-1.973
7.03	Valor Adicionado Bruto	65.086	57.744
7.04	Retenções	-35.954	-24.678
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.954	-24.678
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	29.132	33.066
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.562	28.358
7.06.02	Receitas Financeiras	1.075	1.401
7.06.03	Outros	24.487	26.957
7.06.03.02	Juros Capitalizados	24.487	26.957
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	54.694	61.424
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	54.694	61.424
7.08.01	Pessoal	13.451	12.363
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.249	9.348
7.08.01.02	Benefícios	2.555	2.404
7.08.01.03	F.G.T.S.	647	611
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-48	1.497
7.08.02.01	Federais	-4.958	-3.102
7.08.02.02	Estaduais	0	38
7.08.02.03	Municipais	4.910	4.561
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.494	36.361
7.08.03.01	Juros	16.700	16.446
7.08.03.02	Aluguéis	826	758
7.08.03.03	Outras	16.968	19.157
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	14.913	17.304
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	2.055	1.853
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.402	-13.582
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.402	-13.582
7.08.05	Outros	24.199	24.785
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	14.624	15.132
7.08.05.02	Juros Capitalizados sobre Mútuos	9.575	9.653

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

São Gonçalo-RJ, 09 de agosto de 2017 – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2017 (2T17), findo em 30 de junho de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 2T17 o tráfego pedagiado foi de 9.520 mil veículos equivalentes. Em relação ao 2T16 o tráfego foi 4% inferior. Na comparação com o 1T17 houve uma redução de 7,8%. A redução em relação ao 2T16 e 1T17 se deve a desaceleração da economia e o desempenho da atividade econômica nacional e regional.

Receita Operacional Bruta

- No 2T17 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 119,7 milhões contra R\$ 144,7 milhões do 1T17 e R\$ 112,9 milhões do 2T16. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 6,7% em comparação ao mesmo período de 2016 (R\$ 47,6 milhões x R\$ 44,6 milhões) que se justifica pelo reajuste da tarifa de pedágio realizado em fevereiro de 2017. Compõe a variação da Receita Bruta as Receitas de Obras que resultou um acréscimo de 5,2% em comparação a 2016 devido ao maior volume de obras executadas no período.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 6,5% em relação ao 2T16. O maior impacto desse aumento foram as despesas administrativas aumentaram 65% devido a provisões para contingências em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e os Custo dos Serviços de Construção que ficou 5,2% acima do 2T16, em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01). Em compensação existiu uma redução de 32,2% nas provisões para manutenção de rodovia devido à postergação do prazo das obras.

Comentário do Desempenho

Autopista Fluminense

EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 17 milhões no 2T17 com uma redução de 32,3% se comparamos aos R\$ 25,2 milhões apresentado no 1T17, comparado ao mesmo período do ano passado teve um aumento de 1,6%.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 2T17 em R\$ 19,1 milhões, com uma redução de 3,7% em relação ao 2T16 e de 29,2% em relação ao 1T17. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos maiores custos registrados no período 2T17 podendo destacar a provisão de contingências de processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e pela redução de provisão de manutenção devido à postergação de obras.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 2T17 foi negativo em R\$ 15,9 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 2T16 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 17,8 milhões essa redução foi devido a redução da taxa de juros.

Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 2T17 um prejuízo de R\$ 11,7 milhões e no 2T16 de R\$ 9,6 milhões. O resultado está justificado principalmente pelos maiores custos registrados no período.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 2T17 em R\$ 672,6 milhões, ante R\$ 708,1 milhões registrado no 2T16, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES. Já o endividamento líquido encerrou 2T17 em R\$ 665,1 milhões contra R\$ 692,6 milhões do 2T16 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

Investimentos

- No 2T16, foram investidos R\$ 72,4 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos e pontos de ônibus.

Comentário do Desempenho

Autopista
Fluminense

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
Fluminense	9.520	10.324	9.912	-7,8%	-4,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	119.720	144.774	112.991	-17,3%	6,0%
Receitas de pedágio	47.620	49.699	44.634	-4,2%	6,7%
Receitas de obras	71.870	94.982	68.302	-24,3%	5,2%
Receitas acessórias	230	93	55	147,3%	318,2%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.296)	(4.308)	(3.871)	-0,3%	11,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	115.424	140.466	109.120	-17,8%	5,8%
CUSTOS E DESPESAS	(98.386)	(115.315)	(92.347)	-14,7%	6,5%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e deprec.)	(17.533)	(16.144)	(16.839)	8,6%	4,1%
Custo dos serv. de construção	(71.870)	(94.982)	(68.302)	-24,3%	5,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e deprec.)	(6.384)	(1.293)	(3.868)	393,7%	65,0%
Remuneração da administração	(344)	(420)	(357)	-18,1%	-3,6%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(2.100)	(1.896)	(3.099)	10,8%	-32,2%
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	(155)	(580)	118	-73,3%	-231,4%
EBITDA	17.038	25.151	16.773	-32,3%	1,6%
Margem EBITDA	14,8%	17,9%	15,4%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(18.796)	(17.158)	(13.498)	9,5%	39,3%
Depreciação de imobilizado	(22)	(22)	(21)	0,0%	4,8%
Amortização do intangível	(18.140)	(16.502)	(12.843)	9,9%	41,2%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(634)	0,0%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(15.969)	(16.622)	(17.827)	-3,9%	-10,4%
Receitas financeiras	266	809	533	-67,1%	-50,1%
Despesas financeiras	(16.235)	(17.431)	(18.360)	-6,9%	-11,6%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(17.727)	(8.629)	(14.552)	105,4%	21,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.023	2.931	4.928	105,5%	22,2%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	6.023	2.931	4.928	105,5%	22,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(11.704)	(5.698)	(9.624)	105,4%	21,6%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	2T17	1T17	2T16	Var% 2T17/1T17	Var% 2T17/2T16
EBITDA ¹	17.038	25.151	16.773	-32,3%	1,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	2.100	1.896	3.099	10,8%	-32,2%
EBITDA Ajustado ²	19.138	27.047	19.872	-29,2%	-3,7%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fluminense
S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre e
Período de Seis Meses Findos em 30 de Junho
de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$169.060 (R\$253.333 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 09 de agosto de 2017.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2017 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665. A partir de 30 de junho de 2017 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$41.308 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2017, o montante de R\$798.772 (R\$940.851 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$350.541 (R\$343.261 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2017 estas obras estão estimadas em R\$1.241.016.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura deste TAC, a Sociedade, realizará o equivalente à R\$31.200 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras já estão em andamento e as demais estão no processo de projeto, orçamento e análise da ANTT.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em 15 de março de 2017 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	1.483	1.856
Aplicações financeiras (*)	6.033	5.570
Total	<u>7.516</u>	<u>7.426</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,70% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.236	7.211
Cartões de pedágio a receber	343	547
Receitas acessórias a receber	236	1.119
Total	<u>7.815</u>	<u>8.877</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é como segue:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.727)	(26.356)	(14.548)	(20.522)
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	6.027	8.961	4.946	6.977
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(4)	(7)	(18)	(37)
Total	6.023	8.954	4.928	6.940
Despesa contabilizada	6.023	8.954	4.928	6.940
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	6.023	8.954	4.928	6.940
	6.023	8.954	4.928	6.940

Notas Explicativasb) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	58.479	36.974
Provisão de participação nos lucros	1.179	2.452
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	15.786	15.977
Outras provisões	1.358	1.129
Provisão para manutenção de rodovias	52.325	48.463
Amortização acumulada de obras futuras	4.492	3.949
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	3.666	3.640
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	(94)	(105)
Base de cálculo ativa	137.191	112.479
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>46.645</u>	<u>38.243</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	8.201	6.561
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(80)	(64)
Base de cálculo passiva	(50.899)	(52.523)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(17.306)</u>	<u>(17.858)</u>
Base de cálculo	<u>86.292</u>	<u>59.956</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>29.339</u>	<u>20.385</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Notas Explicativas

Período a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	3.856
2018	6.641
2019	6.125
2020	6.125
Após 2021	23.898
	<u>46.645</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 35% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2017 o saldo é de R\$2.368 (R\$1.332 em 31 de dezembro de 2016), aplicados em títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,34% da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de junho de 2017 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2016	740	1.030	342	645	1.854	-	4.611
Adições	26	261	-	6	697	31	1.021
Transferências/Reclassificações	-	-	41	-	-	-	41
Alienações/baixas	(30)	-	-	-	-	-	(30)
Saldo em 30.06.2017	<u>736</u>	<u>1.291</u>	<u>383</u>	<u>651</u>	<u>2.551</u>	<u>31</u>	<u>5.643</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(356)	(403)	(17)	(424)	(651)	-	(1.851)
Depreciações	(37)	(32)	(9)	(30)	(105)	-	(213)
Alienações/baixas	2	-	-	-	-	-	2
Saldo em 30.06.2017	<u>(391)</u>	<u>(435)</u>	<u>(26)</u>	<u>(454)</u>	<u>(756)</u>	<u>-</u>	<u>(2.062)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	384	627	325	221	1.203	-	2.760
Saldo em 30.06.2017	345	856	357	197	1.795	31	3.581
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%		

Notas Explicativas

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	617	985	22	594	1.418	3.636
Adições	-	-	-	-	52	52
Transferências / Reclassificações	38	13	220	-	40	311
Saldo em 30.06.2016	655	998	242	594	1.510	3.999
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(294)	(360)	(9)	(365)	(496)	(1.524)
Depreciações	(31)	(21)	(2)	(29)	(75)	(158)
Saldo em 30.06.2016	(325)	(381)	(11)	(394)	(571)	(1.682)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2015	323	625	13	229	922	2.112
Saldo em 30.06.2016	330	617	231	200	939	2.317
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 30 de junho de 2017 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.192.697	2.102	685.488	1.205	1.881.492
Adições	52.862	248	133.607	-	186.717
Transferências/Reclassificações	147.683	-	(147.724)	-	(41)
Saldo em 30.06.2017	<u>1.393.242</u>	<u>2.350</u>	<u>671.371</u>	<u>1.205</u>	<u>2.068.168</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(148.114)	(530)	-	-	(148.644)
Adições	(34.436)	(48)	-	-	(34.484)
Saldo em 30.06.2017	<u>(182.550)</u>	<u>(578)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(183.128)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.044.583	1.572	685.488	1.205	1.732.848
Saldo em 30.06.2017	1.210.692	1.772	671.371	1.205	1.885.040
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	798.267	1.181	739.930	142	1.539.520
Adições / Reversões	62.856	-	107.099	-	169.955
Transferências / Reclassificações	214.422	5	(214.738)	-	(311)
Saldo em 30.06.2016	<u>1.075.545</u>	<u>1.186</u>	<u>632.291</u>	<u>142</u>	<u>1.709.164</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(95.879)	(479)	-	-	(96.358)
Amortizações	(23.244)	(19)	-	-	(23.263)
Saldo em 30.06.2016	<u>(119.123)</u>	<u>(498)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(119.621)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	702.388	702	739.930	142	1.443.162
Saldo em 30.06.2016	956.422	688	632.291	142	1.589.543
Taxas de amortização - a.a.	3,6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a duplicação da BR101/RJ.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2017 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de junho de 2017, a Sociedade capitalizou o montante de R\$24.487 (R\$26.957 em 30 de junho de 2016) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais de dívidas, em 2017 foi de 6,06% ao ano e 5,70% ao ano em 2016.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	(12)	(12)
	<u>25.354</u>	<u>25.354</u>
Amortização acumulada	<u>(20.750)</u>	<u>(19.493)</u>
	<u>4.604</u>	<u>5.861</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	59.728	609.007	57.198	634.556
Risco sacado (b)	9.234	-	5.943	-
	<u>68.962</u>	<u>609.007</u>	<u>63.141</u>	<u>634.556</u>
<u>Moeda estrangeira</u>				
Custo de transação	(411)	(4.981)	(463)	(4.970)
	<u>68.551</u>	<u>604.026</u>	<u>62.678</u>	<u>629.586</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2017	31.12.2016
(a)	Real	BNDES - A	TJLP + 2,45% a.a.	nov/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	307.507	320.198
(a)	Real	BNDES - B e C	TJLP + 2,45% a.a.	out/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	361.228	371.556
(b)	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	9.234	5.943
						<u>677.969</u>	<u>697.697</u>

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$9.234 (R\$5.943 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de junho de 2017, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	30.532
2019	64.903
2020	70.383
2021	76.324
A partir de 2022	366.865
	<u>609.007</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Notas Explicativas

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$14.764 (R\$16.247 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$11.807 (R\$9.076 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e as transações realizadas em 30 de junho de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	19	-
Total	<u>19</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	58.302	144.316
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	426	1.004
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	5.864	3.108
Total	<u>64.592</u>	<u>148.428</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	243.735	231.305
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	94.153	-
Total	<u>337.888</u>	<u>231.305</u>

	TRIMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
<u>Contas de Resultado:</u>	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(11.336)	(1.126)	-	(7.342)	(816)
Total	-	<u>(11.336)</u>	<u>(1.126)</u>	-	<u>(7.342)</u>	<u>(816)</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	SEMESTRE					
	30.06.2017			30.06.2016		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c) / (d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(24.199)	(2.206)	-	(15.131)	(1.789)
Total	-	(24.199)	(2.206)	-	(15.131)	(1.789)

a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

c) Decorrentes da 2^a, 3^a e 4^a emissões de debêntures, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de *spread* de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previstos respectivamente para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2017 e 19 de outubro de 2017. Conforme nota explicativa nº 27 foi aprovada a prorrogação do prazo de vencimento da segunda emissão de debêntures para 03 de julho de 2019.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.04.2015	10.04.2019	CDI + 1,5% a.a.	72.004	22.149	72.004	17.109
03.07.2015	03.07.2017	CDI + 1,5% a.a.	12.000	3.308	12.000	2.491
19.10.2015	19.10.2017	CDI + 1,5% a.a.	35.000	7.994	35.000	5.712
			<u>119.004</u>	<u>33.451</u>	<u>119.004</u>	<u>25.312</u>

d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
06/10/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.579	8.000	9.653
27/10/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	9.000	11.756	9.000	10.722
05/11/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.793	6.000	7.105
27/11/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	7.000	8.975	7.000	8.179
05/12/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.380	5.000	5.812
19/12/2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.124	8.000	9.220
13/09/2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	18.000	9.653	18.000	8.201
20/12/2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	10.002	20.000	8.427
15/01/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.528	20.000	8.014
10/02/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.328	20.000	7.824
15/05/2014	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	8.617	20.000	7.149
			<u>141.000</u>	<u>102.735</u>	<u>141.000</u>	<u>90.305</u>

Notas Explicativas

Além das operações acima mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$49.901 (R\$71.548 em 30 de junho de 2016).

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos de 30 de junho de 2017, a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$251 e R\$473 a título de remuneração de seus administradores, adicionado de R\$93 e R\$291 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$344 e R\$764 (R\$357 e R\$719 em 30 de junho de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2017, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.179 e R\$2.452.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

Notas Explicativas

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2017
Cíveis	1.584	802	(2)	(1.245)	1.139
Trabalhistas	84	70	-	(47)	107
Regulatórios (*)	14.309	322	-	(91)	14.540
Total	<u>15.977</u>	<u>1.194</u>	<u>(2)</u>	<u>(1.383)</u>	<u>15.786</u>

	31.12.2015	Adições	Reversões	Pagamentos	30.06.2016
Cíveis	2.153	893	(270)	(297)	2.479
Trabalhistas	97	56	(20)	(39)	94
Total	<u>2.250</u>	<u>949</u>	<u>(290)</u>	<u>(336)</u>	<u>2.573</u>

(*) A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 30 de junho de 2017, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$14.540 (R\$14.309 em 31 de dezembro de 2016). A reversão em relação a 31 de dezembro de 2016 refere-se ao Auto de Infração Regulatório nº 01205, arquivado em função do deferimento da defesa prévia apresentada pela concessionária.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.266 em 30 de junho de 2017 (R\$959 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$4.898 em 30 de junho de 2017 (R\$9.621 em 31 de dezembro de 2016) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

Notas Explicativas

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão de investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	5.292	15.635	32.828
Adições/Reversões	-	-	3.996
Utilizações	(4.978)	(1.662)	-
Ajuste a valor presente	26	-	1.528
Transferências	-	(1.240)	1.240
Saldo em 30.06.2017	<u>340</u>	<u>12.733</u>	<u>39.592</u>

	Circulante		Não circulante
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	20.712	-	35.850
Adições/reversões	(4.064)	(16)	6.165
Utilizações	(4.199)	-	-
Ajuste a valor presente	(30)	-	1.156
Transferências	-	3.815	(3.815)
Saldo em 30.06.2016	<u>12.419</u>	<u>3.799</u>	<u>39.356</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2017, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$1.487 (não houveram realizações em 30 de junho de 2016).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2017 é de R\$808.289 (R\$676.289 em 31 de dezembro de 2016), compostos por 510.432.565 ações ordinárias e sem valor nominal (426.568.491 em 31 de dezembro de 2016), integralizados pelo valor de R\$767.789 (R\$600.289 em 31 de dezembro de 2016).

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Notas Explicativas

<u>Data da integralização</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma da integralização</u>	<u>Quantidade de ações emitidas</u>	<u>Valor Subscrito</u>	<u>Valor Integralizado</u>
20.02.2017	(*) AGE	Dinheiro	-	-	74.500
20.02.2017	AGE	Dinheiro	10.862.186	16.000	16.000
18.04.2017	AGOE	Dinheiro	73.001.888	116.000	77.000
			<u>83.864.074</u>	<u>132.000</u>	<u>167.500</u>

(*) No decorrer do período findo em 30 de junho 2017 ocorreram integralizações de capital referente a Ata constituída em 20.07.2016 no montante de R\$ 74.500.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2017</u>		<u>30.06.2016</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Receita de serviços prestados	47.620	97.319	44.634	91.128
Receita de serviços de construção	71.870	166.852	68.302	150.854
Outras receitas	230	323	55	171
	<u>119.720</u>	<u>264.494</u>	<u>112.991</u>	<u>242.153</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>30.06.2017</u>		<u>30.06.2016</u>	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
Receita bruta	119.720	264.494	112.991	242.153
ISSQN	(2.430)	(4.910)	(2.228)	(4.553)
PIS	(332)	(657)	(294)	(598)
COFINS	(1.531)	(3.032)	(1.349)	(2.758)
Outras deduções	(3)	(5)	-	-
Receita líquida	<u>115.424</u>	<u>255.890</u>	<u>109.120</u>	<u>234.244</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.006)	(3.948)	(2.041)	(3.131)
Serviços de terceiros	(450)	(703)	(401)	(828)
Manutenção de bens e conservação	(204)	(445)	(156)	(296)
Depreciação / Amortização	(21)	(42)	(21)	(42)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.975)	(1.192)	(125)	(659)
Comunicação e marketing	(302)	(476)	(274)	(400)
Seguros/Garantias	(2)	(4)	(2)	(4)
Consumo	(370)	(755)	(367)	(749)
Transportes	(75)	(154)	(131)	(212)
Outros	(301)	(907)	(371)	(870)
Total	(6.706)	(8.626)	(3.889)	(7.191)
	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Custos de serviços da construção	(71.870)	(166.852)	(68.302)	(150.854)
Com pessoal	(4.589)	(8.742)	(4.585)	(8.515)
Serviços de terceiros	(5.258)	(10.405)	(5.053)	(9.815)
Conservação	(3.925)	(7.240)	(3.495)	(6.989)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(260)	(451)	(289)	(484)
Consumo	(1.006)	(1.900)	(871)	(1.806)
Transportes	(718)	(1.428)	(675)	(1.340)
Verba de Fiscalização	(1.196)	(2.372)	(1.136)	(2.234)
Seguros / Garantias	(485)	(950)	(463)	(1.009)
Provisão de manutenção em rodovias	(2.100)	(3.996)	(3.099)	(6.149)
Depreciação / Amortização	(18.775)	(35.912)	(13.477)	(24.636)
Outros	(96)	(189)	(272)	(641)
Total	(110.278)	(240.437)	(101.717)	(214.472)

Notas Explicativas

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	197	410	500	980
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	30	30
Outras receitas	69	665	3	391
Total	266	1.075	533	1.401

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(14.982)	(31.324)	(17.133)	(31.575)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(797)	(1.565)	(526)	(1.156)
Outras despesas	(456)	(777)	(700)	(1.181)
Varição cambial:	-	-	(1)	(1)
Total	(16.235)	(33.666)	(18.360)	(33.913)

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2017	30.06.2016
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	31.773	17.272
Juros capitalizados	24.487	26.957

	30.06.2017	30.06.2016
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(25.639)	(12.347)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	30.06.2017		30.06.2016	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo do período	(11.704)	(17.402)	(9.620)	(13.582)
Número de ações durante período	495.993	463.693	265.235	246.261
Prejuízo por ação	<u>(0,0236)</u>	<u>(0,0375)</u>	<u>(0,0363)</u>	<u>(0,0552)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.06.2017			31.12.2016		
		Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Empréstimos recebíveis	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	7.516	-	-	1.856	-	-
Partes relacionadas	Nível2	-	19	-	-	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	-	7.815	-	-	8.877	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	2.368	-	-	1.332	-
Outras contas a receber	Nível2	-	192	-	-	115	-
Fornecedores e cauções	Nível2	-	-	26.571	-	-	25.323
Risco sacado	Nível2	-	-	9.234	-	-	5.943
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	668.735	-	-	691.754
Partes relacionadas	Nível2	-	-	402.480	-	-	379.733
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	399	-	-	379
		<u>7.516</u>	<u>10.394</u>	<u>1.107.419</u>	<u>1.856</u>	<u>10.324</u>	<u>1.103.132</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e de mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	8,50%	10,63%	12,75%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(37.861)	(47.317)	(56.769)
Receita de aplicações financeiras	571	714	857
Juros a incorrer líquido(*)	(37.290)	(46.603)	(55.912)
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(47.080)	(58.850)	(70.621)
Juros a incorrer líquido(*)	(47.080)	(58.850)	(70.621)
Juros a incorrer (*)	<u>(84.370)</u>	<u>(105.453)</u>	<u>(126.533)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2017 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$7.236 (R\$7.211 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui

Notas Explicativas

os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
BNDES Automático	7,72%	54.778	109.556	109.556	109.556	543.315	926.761
Capital de giro / Risco sacado	13,68%	9.234	-	-	-	-	9.234
Fornecedores e cauções	-	14.764	-	-	-	-	14.764
Outras contas a pagar	-	6.214	-	-	-	-	6.214
Partes relacionadas	11,81%	66.061	-	420.111	-	-	486.172
Fornecedores partes relacionadas	-	6.290	-	-	-	-	6.290
		<u>157.341</u>	<u>109.556</u>	<u>529.667</u>	<u>109.556</u>	<u>543.315</u>	<u>1.449.435</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	Total
BNDES Automático	7,72%	27.389	27.389	27.389	27.389	109.556
Capital de giro / Risco sacado	13,68%	9.234	-	-	-	9.234
Fornecedores e cauções	-	14.764	-	-	-	14.764
Outras contas a pagar	-	6.214	-	-	-	6.214
Partes relacionadas	11,81%	21.724	44.337	-	-	66.061
Fornecedores partes relacionadas	-	6.290	-	-	-	6.290
		<u>85.615</u>	<u>71.726</u>	<u>27.389</u>	<u>27.389</u>	<u>212.119</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	88.049

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração

Notas Explicativas

ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$6.923.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de julho de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a prorrogação do prazo de vencimento da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia, de 03 de julho de 2017, conforme previsto na Cláusula 4.7.1 do Instrumento Particular de Escritura de Emissão das Debêntures Terceira Emissão, para 03 de julho de 2019.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S.A.

São Gonçalo - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 9 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras trimestrais relativas ao segundo trimestre de 2017 findo em 30 de junho de 2017.

São Gonçalo-RJ, 09 de agosto de 2016.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

São Gonçalo-RJ, 09 de agosto de 2017.

Diretoria

Juan-Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente